



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Ata nº. 02/2012

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 16.01.2012**

LOCAL: -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende. -----

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO; -----

PRESIDENTE: -----

António Manuel Leitão Borges (PS); -----

VEREADORES: -----

Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); -----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD); -----

Maria Dulce Pereira (PS); -----

Albano António Alves dos Santos (PS); -----

Fernando Jorge Teixeira (PS); -----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PSD); -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 10h20 quando o Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião. -----

FALTAS: -----

Faltou a esta reunião, por motivos de doença, o senhor Vereador Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS), pelo que a sua falta foi considerada justificada. -----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; -----

O Senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida. -----

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), **teno sido aprovada por unanimidade.** -----

B.2. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA; -----

A Câmara tomou conhecimento de que as **receitas orçamentais**, constantes do Resumo Diário da



Tesouraria, respeitante ao **dia 10 de janeiro de 2012, eram de 73.711,79€** (setenta e três mil setecentos e onze euros e setenta e nove cêntimos) e as **operações de tesouraria de 425.110,91€** (quatrocentos e vinte e cinco mil cento e onze euros e noventa e um cêntimos).-----

Tomou também conhecimento de que desde o início até ao final ano de 2011 houve de receita 12.964.553,57€ (doze milhões novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos), de **despesa cabimentada 17.952.794,65€** (dezassete milhões novecentos e cinquenta e dois mil setecentos e noventa e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos) e de **despesa paga 13.008.458,55€** (treze milhões e oito mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos). **Desde o início do ano até ao dia 10 de janeiro em curso houve de receita 61.318,18€** (sessenta e um mil trezentos e dezoito euros e dezoito cêntimos), **de despesa cabimentada 26.970,74€** (vinte e seis mil novecentos e setenta euros e setenta e quatro cêntimos).-----

B.3. COMPETÊNCIA DELEGADA; -----

A Câmara tomou conhecimento dos assuntos despachados ao abrigo da competência delegada a que se refere o artigo 65º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Foi tomado conhecimento.-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”;-----

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. ALTERAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO – PEDRO MIGUEL MOTA MONTEIRO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a dispensa de estacionamento nos termos do previsto na alínea a), do nº2, do artigo 20º do PDM.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----



C.3. JOSÉ FRANCISCO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que o prazo de validade da licença terminou e a obra não se encontra iniciada.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.4. ARMANDO JORGE LOUREIRO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que o prazo de validade da licença terminou e a obra não se encontra iniciada.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.5. JOSÉ MANUEL PEREIRA FERREIRA – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que o prazo de validade da licença terminou e a obra não se encontra concluída.---

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----

C.6. CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE RESENDE E A COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, EM, S.A. – ANO 2012 – APROVAÇÃO DE MINUTA; -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a minuta do contrato-programa a celebrar.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD) – Constatou que os objetivos da Tur Aregos, EM, SA, por força da operação de fusão realizada, encontram-se agora incorporados da Companhia das Águas das Caldas de Aregos, EM, SA e disse que a sua bancada mantinha a mesma posição de abstenção que manifestou no ano anterior.-----

Presidente da Câmara – Aproveitou para esclarecer que a atividade marítimo turística, em princípio – estando ainda o assunto a ser estudado – estará vedada ao município, mas não está vedada às empresas municipais, pelo que esta atividade de grande interesse para o município ganha neste contrato-programa grande notoriedade.-----



Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções da bancada do PSD), aprovar.**-----

C.7. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – TABELA DE PREÇOS PARA 2012;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a Tabela de Preços a praticar em 2012.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD) – Disse que a sua bancada iria manter o mesmo sentido de voto do ano anterior, ou seja, votará contra.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 votos contra da bancada do PSD), aprovar.**-----

C.8. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2012;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, o Plano de Atividades e Orçamento para 2012.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD) – Solicitou esclarecimentos quanto ao resultado do concurso lançado para o empreendimento turístico de Caldas de Aregos.-----

Presidente da Câmara – Aproveitou para dar nota que a Companhia das Águas das Caldas de Aregos EM, SA fechou o ano 2011 com resultados positivos e esclareceu que relativamente ao concurso não foram apresentadas quaisquer propostas, mas que o processo continua e os termos em que tal será feito será objeto de decisão camarária, tal como aliás já aconteceu numa operação muito idêntica que foi a operação de alienação do parque eólico .-----

Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD) – Quanto ao relatório de contas e orçamento, lamentou que não tivessem sido apresentados ao longo de 2011 relatórios de gestão semestrais, dizendo que tais relatórios seriam importantes até para analisarem e os compararem com os dados contantes da documentação agora em aprovação. Quanto a estes ressaltou aquilo que diz ser uma incoerência, na medida em que por um lado está definida como meta a consolidação do aumento da frequência termal e, por outro, no que diz respeito à previsão de receitas para 2012, constata-se que na rubrica das receitas com o termalismo há um decréscimo substancial, o que não é compatível com o aumento de aquistas (que aliás de acordo com o primeiro estudo efetuado deveria ser de 5.000 aquistas).-----

Presidente da Câmara – Referiu que já teve oportunidade de explicar a questão dos 5.000 aquistas referida no estudo económico-financeiro e que em relação à alegada incoerência o que deve ser tido em conta é que existe uma comparação entre os dados reais de 2011 e aquilo que é



projetado para 2012, admitindo-se existir aqui um ajustamento para uma nova realidade que é de contração, sendo ainda praticamente garantido - não esquecendo que se trata de um documento previsional - existir um aumento de frequência, mormente por força do turismo sénior.-----

Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD) – Considera ter havido aqui um “falhanço” naquilo que foram as projeções da câmara, pois não conseguiu atingir os objetivos que definiu à partida. Disse ainda que a câmara se encontra agora numa posição em que praticamente não sabe o que fazer, pois há três anos adquiriu o complexo termal, alegando ser a única entidade com capacidade para potenciar e gerir eficazmente aquele recurso, passado um ano e meio conclui afinal que o modelo de negócio tem de ser alterado e o melhor seria lançar uma parceria público-privada, sucedendo agora que o concurso lançado fica deserto e que de acordo com as declarações do senhor Presidente a câmara está a estudar o assunto e que posteriormente se decidirá, não podendo adiantar nada sobre o mesmo. Pelo que consta do plano e orçamento para 2012, verifica-se que a empresa municipal vai ter uma atividade de gestão corrente do complexo termal, nada aí constando ou sendo ressalvado relativamente a uma eventual solução de parceria com um privado, o que denota que ainda não se sabe o que fazer, permanecendo tudo conforme em 2010 e 2011 e confirmando-se infelizmente todas as dúvidas que em devido tempo foram levantadas pelo PSD relativamente a todo o processo.-----

Presidente da Câmara – Disse que gostaria de explicar, mais uma vez, quer não se trata de nenhuma parceria público-privada nos termos em que ela é entendida vulgarmente. Trata-se sim de uma operação de alienação de parte do capital da Companhia das Águas das Caldas de Aregos, EM, SA, tendo como contrapartida um conjunto de investimentos e um conjunto de lógicas de gestão que estão expressas no caderno de encargos. Reforçou ainda que a exemplo do que aconteceu com o parque eólico, em que aconteceu uma situação similar, a operação continua, os objetivos da câmara continuam e concretizar-se-ão de acordo com aquilo que o mercado também responder.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 votos contra da bancada do PSD), aprovar.**-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião, eram 10h40, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos submetidos a decisão do órgão. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Dr. António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU